ESTRATÉGIAS DAS MULHERES À SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: RESISTÊNCIA FRENTE À DOMINAÇÃO MASCULINA EM ASSENTAMENTOS DO MST NO VALE DO RIO DOCE

LETICIA PAULO MARTINS[1];
HENRIQUE ALMEIDA DE QUEIROZ[2]

[1]Graduanda em Administração pela UFJF - campus Governador Valadares – martinsleticiap011@gmail.com
[2]Professor do departamento de Administração da UFJF - campus Governador Valadares – henrique.queiroz@ufjf.br

Estratégias de superação para inserção feminina no mercado de trabalho e resistência à dominação masculina em assentamentos do MST no Vale do Rio Doce

RESUMO

O presente artigo analisa a submissão feminina e a resistência masculina quanto à entrada da mulher no mercado de trabalho, com foco especial em assentamentos do MST. Os textos exploram como a propriedade privada e o capitalismo estruturaram o domínio dos homens, relegando às mulheres a responsabilidade gratuita pelo trabalho doméstico e reprodutivo. Mesmo com a conquista de empregos remunerados, as fontes destacam a persistência da jornada dupla, que gera sobrecarga física e mental enquanto mantém a desigualdade salarial. A fundamentação teórica utiliza a perspectiva marxista para criticar a exploração invisível e investigar como o machismo limita a autonomia econômica feminina no campo. Por meio de uma abordagem qualitativa, a pesquisa busca compreender as estratégias de emancipação e os discursos que perpetuam a dependência financeira nas relações familiares oferecendo um panorama crítico sobre a luta por equidade e o fim da opressão de gênero.

Palavras-chave: Trabalho reprodutivo; Emancipação feminina; Subserviência feminina; Patriarcado e capitalismo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o grau de dominação e resistência masculina à inserção da mulher no mercado de trabalho. Como objetivos específicos, o estudo procura avaliar as expectativas e incentivos ao mundo do trabalho para a juventude feminina, levantar quais tipos de ocupação estas mulheres adotam como inserção econômica no mercado de trabalho, registrar as principais atividades femininas dentro do ambiente familiar de acordo com a divisão do trabalho reprodutivo, mensurar a importância do retorno econômico de sua ocupação na renda familiar e a resistência masculina à inserção da mulher no mercado de trabalho formal ou informal dentro de 2 assentamentos do MST na região do Vale do Rio Doce.

As formas de sociabilidade são resultado da interação de diversas dimensões que a relações sociais podem tomar, ou seja, os "aspectos econômicos, condizentes aos processos de produção e reprodução material da vida, se enlaçam - determinando e sendo determinados - pelas outras dimensões da sociabilidade" (FORTES, 2018, p. 443). Neste quesito, as investigações sobre a dominação masculina em Marx, indicam que o papel feminino nem sempre foi o de dominada, mas que em outras formas familiares na história, como a sindiásmica, existia a prevalência feminina na linhagem familiar. A mudança na forma familiar para a monogâmica é consequência do surgimento da propriedade privada como elemento norteador da estrutura social. Engels, por sua vez, tece considerações sobre bens de herança e sua distribuição como outro condicionamento nesta mudança na forma familiar e dominação masculina. Suas raízes remontam à sociedade grega, onde a inferiorização feminina foi algo construído socialmente e inculcado na mente das mulheres da época com o surgimento da propriedade privada. (FORTES, 2018).

Até a chegada da revolução industrial, este modo familiar de dominação masculina se manteve nas diferentes formações sociais posteriores. Durante a revolução industrial, mulheres e crianças foram empregadas na indústria têxtil e exploradas em jornadas também exaustivas e desumanas, além de baixos salários, "submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo, nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família" (MARX, 2013, p. 468).

Davis (2016), escreveu que na época escravocrata, mulheres e crianças negras eram exploradas incessantemente nas lavouras e na casa grande com inúmeras funções e sob castigos radicais. Posteriormente, as mulheres começaram a ser criadas para a vida familiar. Então, havia uma sequência de comportamento a ser seguido: elas nasciam, estudavam pouco (os homens frequentavam mais a escola), tinham o casamento arranjado, se casavam, tinham filhos e, então, viviam em casa para cuidar dos filhos, arrumar a casa, fazer as demais tarefas domésticas, aguardar a chegada do marido, e dormir, para viverem o mesmo no dia seguinte; quase nunca (apenas em famílias muito ricas) tinha uma diarista para realizar parte do trabalho doméstico. Logo, as funções da mulher que ficava em casa com os filhos e aguardando o marido, como mencionado acima, sempre foram confundidas com trabalho doméstico, viam nela a obrigação de sempre ter e manter tudo muito bem limpo, organizado e pronto, afinal, o resumo da função dela era de mantenedora da ordem doméstica, enquanto do marido era de provedor, trabalhador, e ele só era visto como o coitado que está trabalhando duro enquanto a esposa está em casa atoa. Mas os direitos dessa esposa estavam sendo anulados, ela continuava sem poder dar andamento em seus interesses individuais, estudar, trabalhar, ao mesmo tempo que tudo isso era garantido e aplaudido ao marido ou a qualquer outro homem na sociedade, como em muitos casos ainda é (SAFFIOTI, 2013; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2019).

Em crítica à Federici, as pesquisadoras Ferraz, Souza e Maciel (2023), discorrem uma carta à filósofa sobre a necessidade das categorias propostas por Marx, na luta das mulheres. O escrito então, defende a visão marxista frente a realidade feminina, observando que ao lutar apenas pela inserção da mulher no mercado de trabalho, deixa de lado a luta pelo fim da sua exploração, mas a luta por melhores condições à elas não se torna suficiente para a sua completa emancipação. E então, o desenvolvimento do capitalismo é pautado pelo trabalho reprodutivo, não-pago, principalmente da classe feminina sendo invisibilizada e (re)produzindo a subserviência às classes mais altas. "A submissão da mulher ao homem tinha

suas raízes na esfera política que, por sua vez, está imbricada com a esfera da religião; mas é no movimento de constituição capitalista que tal submissão econômica desenvolve-se." (FERRAZ; SOUZA; MACIEL, 2023).

> Quando refuta as categorias marxianas, realiza um grande favor aos interesses da burguesia, não porque depõe contra Marx, mas sobretudo, porque refuta instrumentos categoriais que ainda representam, no âmbito do pensamento, o ser do real. Ao fazer isso, nos alija de conhecer as raízes das mazelas em que a classe trabalhadora e a mulher da classe trabalhadora vivem, embora tais raízes no real permaneçam e, sem nosso ataque, podem continuar alimentando essa sociabilidade que nos explora e oprime. (Ferraz; Souza; Maciel, 2023, p. 111)

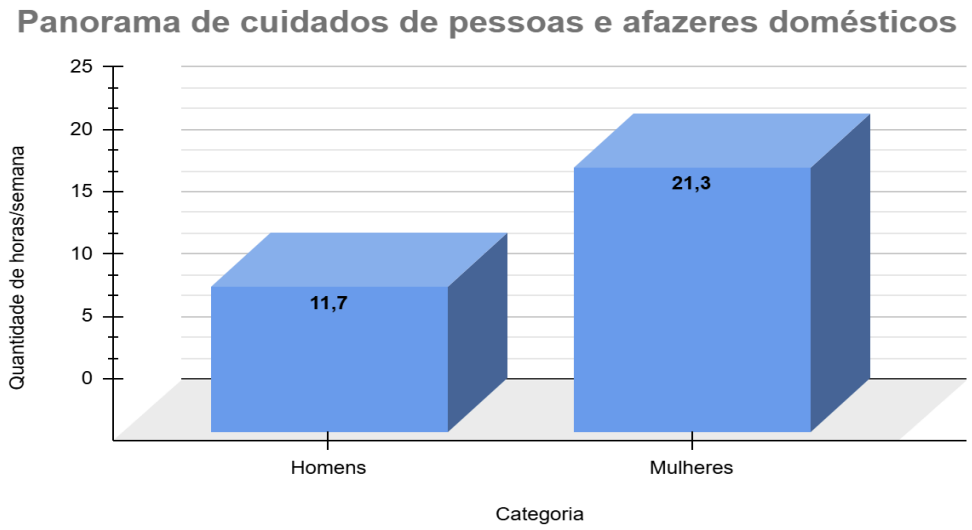
> Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (Saffioti, 2013, p. 17)

Enquanto o homem era pai e provedor, a mulher era submissa e sempre em posição de subserviência sem poder para fazer as próprias escolhas, sobrevivia sob às ordens do marido e aos olhares insatisfatórios da sociedade, que ora defendia e acolhia, ora acusava e apontava. Em "O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, revolução e luta femininista", de Silvia Federici (2019), o direito da mulher ao trabalho remunerado é visto de forma crítica, apresentando tanto avanços quanto novas armadilhas de exploração dentro do sistema capitalista. Como avanços, tem-se: a autonomia e quebra da dependência econômica, capacidade de resistência e autovalorização, fim da identificação exclusiva com a domesticidade, e o fim da mediação masculina; enquanto nas armadilhas, há a falácia da libertação pelo emprego, a jornada dupla e sobrecarga, extensão do papel de dona de casa no mercado, impactos críticos na saúde e integração na agenda neoliberal. Em resumo, a autora argumenta que, embora o salário traga certa independência individual, ele não resolve a exploração estrutural e, na verdade, muitas vezes serve para camuflar o trabalho reprodutivo que continua sendo realizado gratuitamente em casa (FEDERICI, 2019).

A inserção no mercado de trabalho, acarretou, de certo modo, um cenário caótico, pois além das horas diárias no trabalho externo, ao chegarem em casa ainda têm de lidar com as demandas domésticas, filhos e as vontades do marido, já que raramente, estes se dispõem a dividir as tarefas domésticas, pois na concepção deles, a escolha de trabalhar fora foi delas, então as mesmas têm a obrigação de dar conta de tudo e atender a todos, dedicando quase o dobro de horas semanais de trabalho doméstico, em comparação à dedicação dos homens. Um jugo desigual, que traz mais força, resistência e oportunidades à classe feminina, além do desgaste, exaustão, má remuneração, pouco reconhecimento, desigualdade (IBGE, 2023).

De acordo com o gráfico abaixo, que expõe informações coletadas em uma pesquisa realizada pelo IPEA em 2022, e divulgadas em 2023 no site oficial, há uma divisão desigual, onde o trabalho doméstico e de cuidados entre mulheres e homens apresenta uma disparidade no tempo diário dedicado a estes. Ao observar a idade, escolaridade e renda, entre as mulheres há uma heterogeneidade nas horas de dedicação, e entre os homens não há tanta variação, destacando que o tempo de dedicação destes é mínimo, independente dos critérios da análise . Então, considerando o ano de realização da pesquisa, as mulheres dedicavam cerca de 21,3 horas semanais, contra 11,7 horas semanais dos homens.

Gráfico 1: Panorama de cuidados de pessoas e afazeres domésticos



Fonte: adaptado da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, do IPEA, 2023

Além do "trabalho invisível", que não é remunerado e visto como voluntário dentro de casa (AGÊNCIA BRASIL, 2020); essa realidade da rotina feminina, destaca também, a existência objetiva da jornada dupla de trabalho, ou até tripla, dessas trabalhadoras, e isso afeta a inserção e manutenção no mercado de trabalho. Essa jornada gera sobrecarga física e mental, e limita a progressão profissional e tempo disponível para qualificação, diante de tanto trabalho invisível (AGÊNCIA BRASIL, 2023). Adicionalmente, a inserção resiliente da mulher no mercado de trabalho formal, muitas vezes vista como fator de igualdade, não se traduz em uma divisão equitativa das tarefas domésticas (SAFFIOTI, 2013).

Uma matéria produzida pelo site "Engajamundo", em 2017, e que pode se considerar muito atual, descreve que o recorte de gênero no mercado de trabalho ainda representa uma barreira para as mulheres adentrarem e se estabelecerem nesse ambiente. Considerando, principalmente, a jornada dupla enfrentada diariamente: o trabalho formal e a função de dona de casa; que induz a mulher a permanecer submissa ao marido/companheiro, sendo dependente econômica e financeira, até para aquisições básicas de subsistência e cuidado, seja para si, para os filhos, para a casa e/ou outros que compõem o grupo familiar.

> O mundo do trabalho é o mundo da remuneração. Então, são mulheres que, de certa forma, acabam dependendo de um salário do marido. Elas acabam sendo subordinadas a um homem provedor", analisa, ressaltando que se refere às famílias em que mulheres são casadas com homens. (AGÊNCIA BRASIL, 2023)

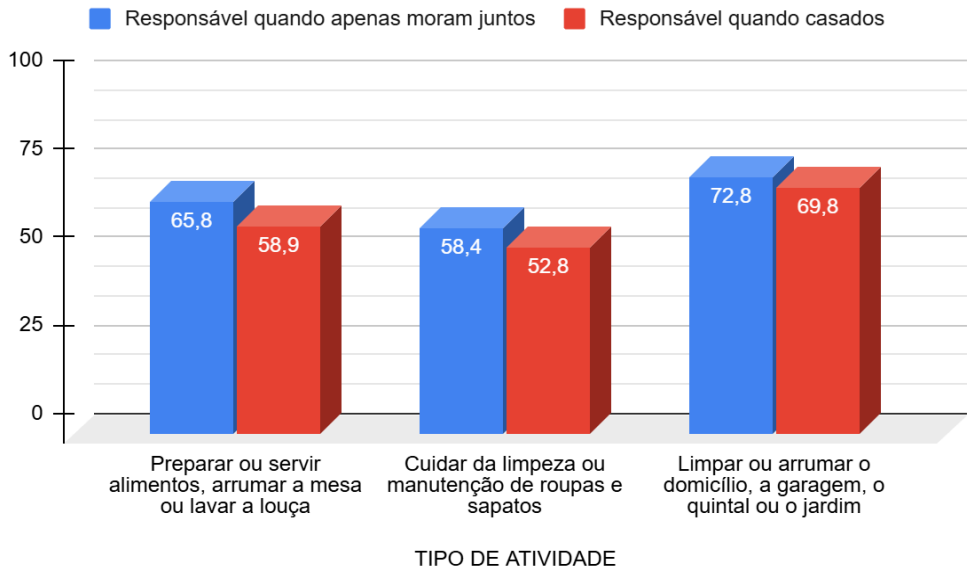
Essa problemática foi evidenciada num vídeo gravado nas ruas de São Paulo pela influenciadora Anaterra, que faz uma pergunta bem simples à pessoas aleatórias: "O que você faz quando chega em casa?". 100% dos homens respondem que descansam, assistem TV, tomam banho e dormem, enfim, apenas relaxam, afinal já trabalharam; enquanto 100% das mulheres respondem que vão limpar a casa, lavar e passar roupas, ajudar os filhos pequenos a fazerem as atividades da escola; resumindo, todo o trabalho doméstico aguarda-as. A jornada dupla feminina é uma realidade penosa, que exige e suga as últimas energias delas

diariamente. (Essa temática do vídeo foi regravada pela deputada federal, Tabata Amaral e também pelo repórter e influenciador, Max Vitorino.)

Segundo o censo do IBGE, realizado em 2022 e publicado no ano seguinte, mais de 148 milhões de pessoas com 14 anos de idade ou mais, exerceram afazeres domésticos na própria habitação ou de parentes, o que corresponde a cerca de 85,4% da população dessa faixa, apenas 0,5% menos que o censo anterior, em 2019. Enquanto 91,3% das mulheres exerceram qualquer atividade de afazeres domésticos, 79,2% dos homens fizeram o mesmo. Uma das analistas do IBGE explicou que apesar do aumento dos que realizam essas atividades, cerca de 2,4%, a taxa reduziu, pois o quantitativo da população de 14 anos ou mais aumentou bem mais rápido, aproximadamente 2,9%.

Outros dados do IBGE 2022, apresentados no gráfico a seguir (2), mostram que os homens que realizaram afazeres domésticos no domicílio, quando apenas moraram juntos (em coabitação), 65,8% se responsabilizavam por preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça; 58,4% por cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; e 72,8% por limpar ou arrumar a casa, a garagem o quintal ou o jardim; enquanto os casados, se responsabilizavam, respectivamente, por 58,9%; 52,8% e 69,8%.

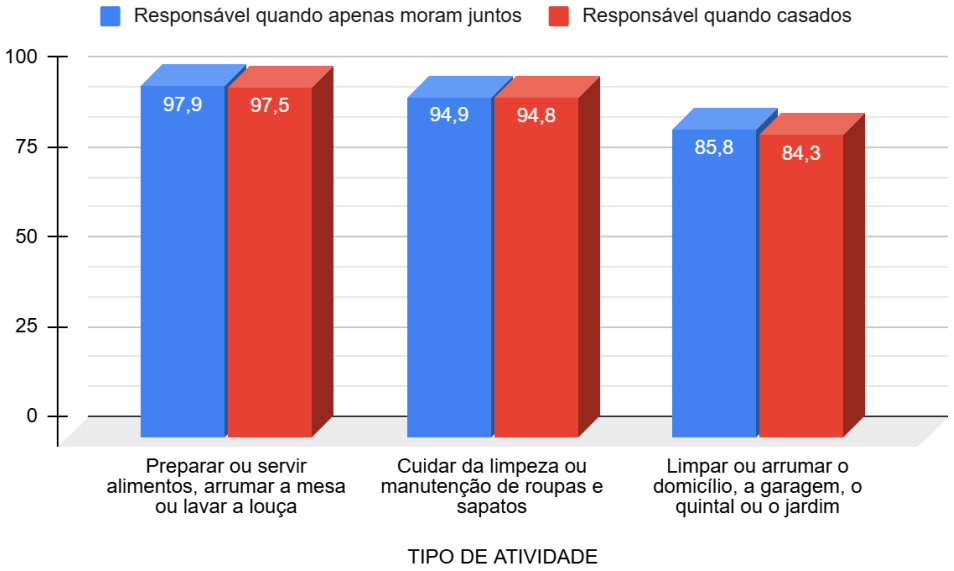
Gráfico 2: Homens que realizaram afazeres domésticos no domicílio (%)



Fonte: adaptado do censo do IBGE 2022

No gráfico (3) seguinte, se referindo às mulheres, quando em coabitação, foram responsáveis: 97,9% por preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça; 94,9% por cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; e 85,8% por limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim. As mulheres casadas que realizaram essas atividades foram, respectivamente, 97,5%; 94,8% e 84,3%.

Gráfico 3: Mulheres que realizaram afazeres domésticos no domicílio (%)



Fonte: adaptado do censo do IBGE 2022

Entre os gráficos apresentados, nota-se tamanha disparidade entre as responsabilidades adquiridas e que foram realizadas por ambos os gêneros. Principalmente quando se trata de atividades em prol de outros, como cuidados, é feito por mulheres. E, há mais ou menos 10 anos o nível de realização de outras formas de trabalho aumentou por parte dos homens, mas ainda é desproporcional quando comparado ao nível de realização por mulheres nessas ocupações. (AGÊNCIA BRASIL, 2020)

Quase 100 anos se passaram desde o início da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, e as barreiras ainda têm a figura masculina como ponto central e de maior problema, como apontou uma pesquisa do DIEESE em 2024. Relativamente, as mulheres recebem remunerações mais baixas mesmo em cargos iguais, não são aceitas para chefiar equipes masculinas, e não são apresentadas às mesmas oportunidades de crescimento e promoções que os homens, principalmente quando são acometidas pela interseccionalidade, de gênero e raça, sendo ainda mais excludente que quando observadas em mulheres brancas. De fato, os homens sempre tiveram e ainda permanecem com essa desproporcionalidade a seu favor. Mesmo quando são chefes de família, eles não lidam com tantas questões para conseguirem sobreviver ao mercado de trabalho, como mulheres têm de fazer constantemente.

> Seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição *sine qua non* de sua total libertação, não constitui, em si mesma, esta libertação integral. (Saffioti, 2013, p. 43)

Esse compilado de barreiras ao trabalho, conquistou muito espaço nos últimos anos, no meio urbano, sendo fomentada em grande parte pelo discurso da “esposa troféu”, e no meio rural, entre donos e trabalhadores de fazendas ou pequenos espaços de terra.

Como esposa troféu, a mulher acaba convencida pelo marido, e até amizades, que o trabalho fora de casa não é necessário, que ele pode "bancá-la" enquanto ela se torna responsável pelo trabalho doméstico, que tem o estereótipo estrutural de ser feminino, ao mesmo tempo que retorna o estereótipo de que os homens, e somente eles, podem ou devem trabalhar fora de casa, criando uma resistência à inserção e pertencimento da mulher ao mercado de trabalho formal ou informal e devidamente remunerado, fora de casa. Válido a ressalva de que o sentido real da expressão citada no início do parágrafo é: uma mulher plenamente sustentada pelo marido, e sem qualquer preocupação financeira, pois ele consegue suprir economicamente qualquer necessidade dela, sem que ela tenha obrigatoriedade de realizar qualquer trabalho doméstico. Ainda assim, ao ser convencida a ocupar a posição de "esposa troféu", diariamente tem que fazer o trabalho doméstico; e acaba adquirindo dependência financeira, que pode acarretar outras violências, além de anular seu crescimento e desenvolvimento profissional. Por fim, quando a relação do casal acaba, a solução é que ela recomece de onde parou no mercado de trabalho, reconstrua sua carreira, enquanto o homem só tem que continuar, pois nunca deixou de trabalhar efetivamente (BBC, 2024).

De acordo com o último censo do IBGE, quase 7 milhões de mulheres entre 15 e 29 anos, não estudavam e nem estavam ocupadas em 2022. "A grande maioria das mulheres que não trabalha e é dependente financeiramente dos maridos no Brasil não tem condições financeiras boas e o faz não por desejo próprio, mas por necessidade" (BBC, 2024).

> Se não as tira do mercado de trabalho temporária ou permanentemente, continua a impor limitações, seja para seu desempenho e progresso profissional, seja para seus projetos familiares, como cobranças sobre o exercício da maternidade, decidir ter filhos. (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

O trabalho doméstico é excessivamente desgastante e cíclico. Quando observado no âmbito rural, tem ainda mais peso e é visivelmente mais árduo, com tantas demandas simultaneamente: cuidado com a casa, filhos, plantações e animais (agricultura e pecuária).

Com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), o Movimento Sem-Terra (MST) exige que as terras ocupadas — anteriormente latifúndios improdutivos — cumpram sua função social por meio da produção. Para viabilizar essa obrigação e sobrevivência na terra, os assentados organizam-se em associações e cooperativas fundamentadas na economia solidária, um modelo que busca a igualdade na distribuição de gastos e ganhos.

As mulheres no MST, embora inseridas em um movimento social avançado, ainda enfrentam a limitação ao trabalho doméstico. Elas veem nas associações e cooperativas uma oportunidade vital de geração de renda e subsistência, buscando superar a subserviência e os desafios estruturais da divisão de tarefas no campo (MST, 2025).

Em uma série de entrevistas realizadas pelo Portal MST, algumas mulheres que fazem parte do Movimento disseram que para conseguirem alguma renda, muitas vezes, enxergam na terra a oportunidade do dia a dia, plantando e colhendo muitas das coisas que consomem, e com os projetos como o coletivo de mulheres e a associação de mulheres agricultoras, conseguem avançar contra o machismo e racismo, pelos caminhos da agroecologia, no reflorestamento e produção (MST, 2025).

> Nos assentamentos, temos conquistado avanços na produção, principalmente no melhoramento e agregação de valor aos produtos feitos pelas famílias camponesas. No chão de fábrica, a participação masculina ainda é muito maior, o que nega às mulheres esses espaços, mesmo que elas estejam na linha de frente do trabalho. É

> um desafio das mulheres do MST se colocarem cada vez mais nas direções e espaços de decisão da organização (MST, 2025).

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Esta pesquisa é relevante para os estudos organizacionais ao dar visibilidade às estratégias de independência financeira feminina. O foco está em como as mulheres superam a subserviência e resistem às pressões sociais – predominantemente masculinas – que buscam mantê-las dependentes ou sobrecarregadas por exaustivas jornadas de trabalho.

Contudo, para analisar o grau da resistência masculina à inserção feminina no mercado de trabalho, o presente estudo apresenta os seguintes problemas de pesquisa:

- Quais caminhos as mulheres (dos assentamentos do MST no Vale do Rio Doce) trilham para superar a resistência masculina à inserção feminina no mercado de trabalho?
- Por quê os homens são resistentes à presença das mulheres no mercado de trabalho?

Para alcançar o objetivo geral proposto neste estudo – avaliar o grau de dominação e resistência masculina à inserção da mulher no mercado de trabalho – será realizada uma pesquisa descritiva-exploratória.

Segundo Gil (2002) e Triviños (1987), as pesquisas descritivas estabelecem relações entre as variáveis que caracterizam as pessoas que compõem determinados grupos, levantando dados de opiniões, atitudes e crenças dos pesquisados, bem como a escolaridade, idade, renda, gênero e cor. Então, analisará a relação dessas características com a presença ou ausência da mulher no mercado de trabalho para exercer adequadamente suas atividades laborais, tendo a resistência e dominação masculina como pressuposto.

Ainda, será uma pesquisa exploratória, que: “Hoje, porém, é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (GIL, 2002, p. 54).

Assim, a pesquisa se caracteriza com um estudo de caso com abordagem qualitativa, será conduzida através de entrevistas presenciais, semiestruturadas e por conveniência, com moradores de dois assentamentos do MST no Vale do Rio Doce, utilizando respostas escritas e gravações de áudio. A escolha do método qualitativo visa profundidade e interpretação de contextos, ao invés de dados estatísticos, permitindo uma experiência de pesquisa mais complexa e flexível (GIL, 2002; PRODANOV e FREITAS, 2013; NASCIMENTO, 2016).

Na análise dos dados, será observada a relação entre gênero, patriarcado e capitalismo (especialmente no Brasil), fundamentando-se nas teorias de Heleieth Saffioti e Silvia Federici. A metodologia escolhida é a análise do discurso embasada na perspectiva marxista, utilizando os conceitos de Lukács e Bakhtin. Amaral (2008) e Costa (2000), argumentam que o discurso vai além da fala, englobando entonação, conexão e reação ao fenômeno. A produção desse discurso é influenciada pelo ambiente e pelas relações de dominação em que o indivíduo está inserido, e exige que o ouvinte seja capaz de interpretar o "não-dito": “A palavra, por si só, não tem expressividade; somente o discurso tem sentido, pois só ele, enquanto particularidade, poderá expressar o que está posto no real, no mundo objetivo, no qual se inclui o próprio sujeito que enuncia.” (AMARAL, 2008, p. 7).

Seguindo a linha de pensamento do filósofo francês, Michel Pêcheux, a escolha da análise do discurso para este estudo adquire ainda mais sustentação e embasamento por:

> Assim, todo ato de enunciação é ideológico, no sentido de que é condicionado por valores que se orientam conforme a posição de classe dos enunciadores. (Costa, 2000, p. 14)

Nesse cenário, os indivíduos frequentemente atuam como reprodutores de discursos pré-estabelecidos que reforçam a estratificação social e a exclusão. Contudo, a mesma mecânica linguística pode ser utilizada para criticar, subverter e transformar a realidade, desafiando o poder vigente (COSTA, 2000).

> "Não se trata de negar a possibilidade de existência de uma situação empírica em que tal concepção se verifique, mas de demonstrar seu caráter ideal.[...] Noutras palavras, o que o sujeito diz é determinado pelas condições sócio-históricas nas quais ele o diz. Portanto, uma palavra terá um sentido a ou b conforme seja dita de tais ou quais lugares no interior de uma formação social". (Costa, 2000, p. 15)

Desse modo, a partir das reflexões marxistas acerca do discurso e suas análises, Costa (2000) conclui que o uso linguístico no discurso é marcado pelas relações e as ideologias classistas.

Para garantir a integridade da pesquisa, serão adotados protocolos éticos obrigatórios, como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o anonimato, a autonomia e a segurança dos participantes conforme as normas vigentes.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a pesquisa demonstre como a resistência masculina impacta a inserção das mulheres no mercado de trabalho, analisando os níveis de dominação e submissão no trabalho reprodutivo em relação ao desenvolvimento profissional. Por meio da análise do discurso, pretende-se identificar como as mulheres respondem à essas pressões, com a expectativa de encontrar uma predominância de atividades informais, artesanais ou agrícolas.

Supondo a relação a ser estabelecida entre as variáveis, espera-se que no contexto do MST:

- mulheres negras ou pardas, mais velhas, com baixa escolaridade, menor renda e maior número de filhos apresentam maiores níveis de dependência e vulnerabilidade em relação aos seus companheiros.
- mulheres brancas ou pardas, mais jovens, escolarizadas, menor número de filhos e maior renda são mais resistentes à dominação de companheiros e familiares e têm mais equidade nas tarefas domésticas, jornadas de trabalho reduzidas e menor reprodução de trabalho.
- mulheres mais novas e sem filhos, tenham mais interesse em sair do campo para trabalhar ou estudar.
- ambos os gêneros avaliam como grande a importância da renda feminina para a subsistência familiar.
- haja contrariedade nos discursos, com reprodução de falas de igualdade, apesar da realidade expor a manutenção da dominação masculina e da jornada dupla.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que, o estudo objetiva destacar que a inserção laboral feminina no mercado de trabalho vai além da questão econômica, é também pelo fim da resistência masculina ao advento profissional das mulheres e pela justa divisão do trabalho reprodutivo. Com ressalva ao fato de que raça, escolaridade, renda e composição familiar são fatores que, ao se chocarem, são ainda mais determinantes para o nível de submissão. Consequentemente, é pertinente considerar que mulheres pretas e pardas e de baixa escolaridade tenham mais barreiras para sair da posição de subserviência.

Ademais, conforme Saffioti (2013) e Federici (2019), a obtenção de renda tende a ser uma libertação muito limitada, estando acompanhada da dupla jornada feminina e do relaxamento masculino quando ambos chegam em casa; não sendo considerada emancipação.

> [...]o fetiche da fórmula salário não só esconde a cisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente; mas também esconde o fato de que aquilo que aparece como sorte, ser, na realidade, azar; e que, toda aquela que se ocupa apenas do trabalho reprodutivo tem sua existência garantida pela mediação de quem trabalha produtivamente ou improdutivamente para o capital (seria, pois, um duplo azar?). (Ferraz; Souza; Maciel, 2023, p. 102)

Por fim, entender o trabalho feminino é essencial para a compreensão das raízes e mazelas da exploração da classe trabalhadora, possibilitando uma nova sociabilidade.

> Não se trata de negar a especificidade do estranhamento da mulher, pelo contrário, trata-se de afirmar sua particularidade demonstrando em que medida esse estranhamento, não obstante forma bem peculiar, plena de características próprias, pode encontrar sua resolução efetiva na conciliação com um autêntico projeto revolucionário. (FORTES, 2018, p. 448)

Desse modo, que em algum aspecto, seja real a transformação de meninas descontentes em mulheres lutadoras (FERRAZ; SOUZA; MACIEL, 2023), que combatem o racismo e machismo com agroecologia e organização coletiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Dupla jornada para mulheres leva a ciclo de pobreza**. Agência Brasil, Brasília, 11 ago. 2023. Economia. Acessado em 16 abr. 2026. Online. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/dupla-jornada-para-mulheres-leva-ciclo-de-pobreza

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE**: mulher tem peso importante no chamado trabalho invisível. Agência Brasil, Brasília, 04 jun. 2020. Economia. Acessado em 16 abr. 2026. Online. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/ibge-mulher-tem-peso-importante-no-chamado-trabalho-invisivel

AMARAL, M. V. B. Ideologia e discurso: aproximações da análise do discurso das teorias de Lukács e Bakhtin. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 31, n. 51, p. 81 – 95, 2006.

BBC NEWS BRASIL. **'Nasci para ser esposa troféu'**: as mulheres que defendem serem sustentadas como forma de valorização. BBC News Brasil, Londres, 01 fev. 2024. Acessado em 16 abr. 2026. Online. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg6dywxwzz7o

BRASIL. **Desafios da mulher no mercado de trabalho**: desigualdade de gênero e racismo persistem. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 14 mar. 2025. Notícias e Conteúdo. Acessado em 16 abr. 2026. Online. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Planalto, Brasília, 30 nov. 1964. Legislação. Acessado em 19 abr. 2026. Online. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

COSTA, N. B. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27 – 54, 2000.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho:** desafios e desigualdades constantes. Boletim Especial, São Paulo, 08 mar. 2024. Estudos e Pesquisas. Acessado em 21 abr. 2026. Online. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf

FEDERICI, S. ***O ponto zero da revolução***: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRAZ, D. L. da S.; SOUZA, M. D. de; MACIEL, J. A. "Carta à Silvia Federici": apresentando a necessidade das categorias marxianas para a luta das mulheres. In: CORRÊA, A. E. C.; SILVA, L. H. da; REDONDO, M. F. (Orgs.). **Prosas feministas em tempos de pandemia**. [S.l.]: Marxismo21, 2022. cap. 5, p. 93–118.

FORTES, R. V. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 441-451, 2018.

GIL, A. C. (Ed.) **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 11 ago. 2023. Estatísticas Sociais. Acessado em 19 abr. 2026. Online. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas

IPEA. **Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil**. Portal Ipea, Brasília, 04 out. 2023. Notícias. Acessado em 17 abr.

2026. Online. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-desigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil

MST. **Mulheres Sem Terra**: força, resistência e sabor na produção agroecológica. Portal MST, 27 mai. 2025. Notícias. Acessado em 19 abr. 2026. Online. Disponível em: https://mst.org.br/2025/05/27/mulheres-sem-terra-forca-resistencia-e-sabor-na-producao-agroecologica/

NASCIMENTO, F. P. do. Classificação da pesquisa: natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. In: NASCIMENTO, F. P. do. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016. cap. 6, p. 1–11.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Estrutura do projeto de pesquisa. In: PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. (Eds.) **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Cap. 4, p. 119 – 141.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. (Ed.) **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.